

Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

LÍNGUA PORTUGUESA

HISTÓRICO

A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais é a instituição mais antiga dentre todas as Polícias do Brasil, com 235 anos de existência. Segundo ensinam os historiadores, a corporação tem a sua origem no Regimento Regular de Cavalaria de Minas, em 9 de junho do ano de 1775, no distrito de Cachoeira do Campo, município de Ouro Preto, o qual tinha como missão guardar as minas de ouro descobertas na região de Vila Rica (atual Ouro Preto) e Mariana.

O patrono da Polícia de Minas Gerais é Alferes Tiradentes, herói da Inconfidência Mineira, e que serviu no Regimento Regular de Cavalaria de Minas. Todos os anos, no aniversário de sua fundação, a Polícia Militar de Minas Gerais concede a sua mais alta comenda, a Medalha Alferes Tiradentes, a autoridades civis e militares que se destacaram por suas atuações junto à sociedade.

Em 2010 a Polícia Militar sofreu grandes mudanças no que tange a estrutura da carreira policial militar e a forma de ingresso na corporação. Hoje os Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais tem competência legal para Juízes Militares e integram as Carreiras Jurídicas do Estado de Minas Gerais conforme constituição estadual no seu artigo 142:

“Art. 142 – (...)”

Para o ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar – QO-PM – é exigido o título de bacharel em Direito e a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, realizado com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais.

O cargo de Oficial do Quadro de Oficiais da Polícia Militar – QO-PM –, com competência para o exercício da função de Juiz Militar e das atividades de polícia judiciária militar, integra, para todos os fins, a carreira jurídica militar do Estado.” Art. 2º – O disposto no art. 1º não implica supressão, alteração ou acréscimo das competências constitucionalmente previstas para os órgãos de que trata o art. 136 da Constituição do Estado.

QUESTÃO 01

Pode-se inferir sobre o texto que

- a) A Polícia Militar de Minas Gerais tem recente passagem na história brasileira.
- b) Não se pode atribuir dados históricos a colocar crase passagens dos militares mineiros.
- c) O incentivo a carreira militar de Minas Gerais tem alguns contextos ligados a fundação da corporação.
- d) O contexto da Corporação esta atrelado a fatos ligados a História Mineira.

Leia atentamente o fragmento abaixo:

O conectivo “**o qual**” na frase: “(...) no distrito de Cachoeira do Campo, município de Ouro Preto, **o qual** tinha como missão guardar as minas de ouro descobertas na região de Vila Rica (atual Ouro Preto) e Mariana”.

QUESTÃO 02

No trecho acima, o termo destacado retoma a seguinte idéia:

- a) “(...) no distrito de Cachoeira do Campo...”
- b) “(...) município de Ouro Preto...”
- c) “(...) missão de guardar as minas de ouro...”
- d) “(...) na região de Vila Rica...”

QUESTÃO 03

A característica da linguagem se dá por meio da

- a) conotação.
- b) figuratização.
- c) denotação.
- d) expressividade.

Leia e analise o BRASÃO da Polícia Militar de Minas Gerais:



Polícia Militar de Minas Gerais

QUESTÃO 04

Pode-se inferir que o BRASÃO representa, predominantemente, uma função de linguagem

- a) expressiva.
- b) referencial.
- c) conativa.
- d) fática.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 05

Analise a expressão abaixo, depois assinale a alternativa que **MELHOR** atende à disposição expressa.

O resultado de um crime apenas pode ser imputado em uma relação causa e efeito.

- a) Todo crime depende de uma conduta realizada de livre e espontânea vontade pelo agente, ainda que seja omissiva, ainda que o resultado não seja obtido.
- b) Todo crime depende de uma conduta, ainda que o agente não queira praticá-la, ainda que seja omissiva, ainda que o resultado não seja obtido.
- c) Todo crime depende de uma conduta, ainda que o agente não queira praticá-la, ainda que seja omissiva, mas que o resultado dependa dela.
- d) Todo crime depende de uma conduta realizada de livre e espontânea vontade pelo agente, ainda que seja omissiva, mas que o resultado dependa dela.

QUESTÃO 06

Analise as afirmativas abaixo:

- I. É impossível imputar o crime de roubo quando o agente utiliza arma de brinquedo.
- II. A pessoa que ao atirar em legítima defesa contra quem atenta contra sua vida e acerta indevidamente uma pessoa que atravessou a linha de tiro deve ser condenada pelo crime culposo, porque assumiu o risco ao atirar.
- III. O Estado de Necessidade pode não ser reconhecido totalmente quando era razoável abrir mão do direito ameaçado, gerando a aplicação de pena reduzida em até dois terços.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, II e III estão incorretas.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão incorretas

QUESTÃO 07

Os crimes contra a Administração Pública possuem características próprias, seja pela qualidade da(s) vítima(s), seja pela qualidade do(s) autor(es) ou do(s) objeto(s) ou resultado(s) atingido(s). O peculato é um dos delitos contra a Administração Pública. Nesse sentido, é necessário saber que

- a) a apropriação de bem, dinheiro ou valor é essencial para configuração do crime, por se tratar de crime de mero resultado.
- b) normalmente não se sempre opera a extinção da punibilidade se o agente ativo reparar imediatamente o dano, antes da sentença condenatória.
- c) os bens ou valores obtidos como vantagem devem pertencer à Administração Pública, caso contrário o delito praticado é o furto ou o roubo.
- d) pode ocorrer na modalidade culposa quando o a conduta do servidor público concorrer com a do agente ativo, ainda que o resultado não tenha ocorrido.

QUESTÃO 08

Imaginemos a seguinte situação: um brasileiro, morando na Argentina e em uma casa própria, quitada e segurada, situada num condomínio residencial, foi preso por colocar fogo em seu próprio patrimônio, não colocando em risco o meio ambiente, a vida ou bens de outrem. Aqui no Brasil, ele seria acusado:

- a) Pelo incêndio qualificado, para a obtenção de vantagem econômica a partir do recebimento do prêmio do seguro.
- b) Pelo incêndio simples e pelo estelionato, pois não existe expressa designação de que a concorrência com uma fraude ao seguro seja qualificadora do delito “incêndio”, havendo concurso material de crimes.
- c) Pelo incêndio qualificado e pelo estelionato, na proporção de que ambos são crimes autônomos e suas circunstâncias, ainda que se comuniquem, concorrem materialmente para o mesmo resultado.
- d) Apenas pelo crime de estelionato, porque o caso em questão não se alinha às hipóteses do crime de incêndio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 09

O Inquérito Policial é providência de ordem investigativa essencial para a apuração efetiva dos crimes em espécies ocorridos no Brasil. A competência para sua instauração e para o exercício da investigação é vinculada e exercida por autoridades policiais de carreira. Também, sobre o inquérito policial, é importante saber que

- a) o requisitante da instauração de inquérito policial por crime de ação pública poderá recorrer ao chefe de polícia, acerca do contido no despacho de indeferimento de sua instauração.
- b) as autoridades públicas que tomarem conhecimento de crimes de ação pública devem instaurar de ofício o devido Inquérito Policial.
- c) o princípio da Indisponibilidade garante que, nos crimes de ação pública é presumido o interesse de qualquer pessoa que tomar conhecimento do delito pode verbalmente ou por escrito requerer a instauração de Inquérito ao Delegado de Polícia, que é obrigado a instaurar o procedimento investigativo.
- d) é lícito às partes envolvidas requererem providências investigatórias no curso do inquérito, bem como a produção de perícias, provas, inquirição de testemunhas e apreensão de documentos.

QUESTÃO 10

Leia e analise a informação abaixo:

“João X procurou o Promotor de Justiça da cidade de Jejum/MG e requereu por meio de documento a instauração de um Inquérito Policial, em razão da conduta de um vizinho, na prática inveterada de crimes contra o patrimônio e, para tanto, apresentou fotos, documentos e testemunhas da prática delitiva.”

Em relação ao caso acima descrito, é **INCORRETO** dizer que

- a) Entendendo que os apontamentos são suficientes para tal, o promotor de justiça pode promover imediatamente a denúncia e propor a aplicação de medidas assecuratórias perante o judiciário.
- b) O promotor de justiça pode requisitar a instauração de inquérito policial, visando aquilatar a investigação sobre os fatos e, em separado, requerer a aplicação de medidas assecuratórias perante o judiciário.
- c) Caso o Juiz tome conhecimento antes do MP, deve encaminhar ao *Parquet* a documentação pertinente para análise e, caso seja pertinente, apresentação da denúncia.
- d) O promotor, de ofício, deve encaminhar a documentação ao magistrado, que por sua vez deliberará pela instauração ou não do devido processo legal.

QUESTÃO 11

Sobre os inquéritos e ou processos na área penal, analise as afirmativas abaixo.

- I. A prevenção é o sistema de indução de competência que determina a competência de um juiz ou delegado de polícia quando, na existência de duas ou mais autoridades, uma delas tomou conhecimento do fato em razão da natureza.
- II. No caso de crimes de homicídio, o Código de Processo Penal determina que os cadáveres sejam identificados preliminarmente e fotografados posteriormente na posição original, assim como cada uma das lesões aparentes, ainda no local.
- III. No curso de uma investigação, um homem pode realizar busca pessoal numa mulher, se comprovar a possibilidade de prejuízo à diligência.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As afirmativas I, II e III são corretas.
- b) As afirmativas I, II e III são incorretas.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão incorretas.

QUESTÃO 12

A atividade de busca e apreensão e o flagrante são atividades eminentemente policiais. É **CORRETO** dizer, nesse sentido que:

- a) Se o imóvel estiver vazio, o mandado de busca e apreensão pode ser executado, com o arrombamento da porta pela autoridade policial.
- b) A busca domiciliar apenas pode acontecer de dia, exceto no caso de flagrante delito
- c) A autoridade policial não poderá figurar como competente para lavrar o APFD quando se situar na condição de vítima.
- d) Apenas a autoridade policial pode realizar a busca e apreensão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 13

Há um rol limitado de legitimados para propositura de determinadas ações constitucionais. São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) O Presidente, os Governadores e os Presidentes de Oscip's.
- b) O Conselho Federal da OAB, o Ministério Público Estadual e a Mesa das Câmaras Municipais.
- c) Partidos Políticos, Sindicatos e Governadores.
- d) O Presidente, os Governadores e a Mesa do Senado Federal.

QUESTÃO 14

As afirmativas abaixo dizem respeito às competências exclusivas do Congresso Nacional. Analise-as como **(V) Verdadeiras** ou **(F) Falsas**:

- () Decidir definitivamente sobre tratados internacionais que acarretem encargos ao patrimônio nacional;
- () Aprovar o estado de sítio e a intervenção federal;
- () Autorizar referendo e convocar plebiscito;
- () Aprovar previamente, após arguição pública, Ministros do Tribunal de Contas da União, indicados pelo Presidente da República;
- () Aprovar previamente, após arguição pública, o Procurador Geral da República.

Assinale a sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- a) V, V, V, V, V.
- b) F, V, V, F, V.
- c) V, V, F, F, V.
- d) V, V, V, F, F.

O texto abaixo diz respeito às questões 15 e 16, leia-o, atentamente:

“Dizer que a Segurança Pública é um dever do Estado determina uma interpretação ampliada do artigo 144 da Constituição Federal, porque distribui a responsabilidade por inúmeros órgãos. A própria noção de Segurança Pública precisa ser realmente compreendida, porque retrata diversas circunstâncias em que a incolumidade física e patrimonial de pessoas é colocada em xeque, ou seja, para além de uma tipologia penal. Contudo, o maior desafio é a conceituação da preservação da ordem pública como referencial, já que o universo a que estamos envolvidos tange a salubridade, a segurança e a tranquilidade pública, o que amplia o contexto para além da capacidade das instituições de Segurança Pública. A capacidade jurídica de cada órgão, limitada pela lei, não se impõe sobre um princípio de primazia da prevenção, nem a distribuição de responsabilidades para toda a sociedade. Assim como o Poder de Polícia não é o Poder da Polícia, Polícia não faz apenas com a Polícia!” (Jorge Tassi)

QUESTÃO 15

Sobre a afirmação acima, assinale a alternativa que **MELHOR** avalia o pensamento destacado:

- a) O constituinte resolveu trabalhar o conceito de Segurança Pública de maneira ampla, por isso criou um rol de órgãos públicos responsáveis e distribuiu as competências de cada um, atingindo todos os campos envolvidos por meio das Polícias.
- b) Os ditames constitucionais tornam a segurança pública um direito fundamental e designam competências para determinados órgãos, mas não excluem jamais a possibilidade de integração e da cumulação de objetos no campo da prevenção. A prevenção da violência é uma responsabilidade socialmente repartida, de maneira que o cidadão deve exercer seu papel, assim como a escola ou os hospitais. Cada um pode contribuir para o processo.
- c) A Segurança Pública assumiu um caráter de direito fundamental, pois envolveu uma gama de direitos individuais e coletivos que precisam ser protegidos não apenas por órgãos policiais, mas também por outras instituições, como o Ministério Público e o Poder Judiciário. Dizer que o Estado possui o Monopólio da Força impede, contudo, o cidadão de ser parte atuante, ou seja, apenas o Estado pode exercer atividades de controle social para a prevenção da ordem pública.
- d) No sistema de Segurança Pública, a competência é reduzida por ser vinculada. Os órgãos que fazem polícia preventiva não podem fazer polícia judiciária e vice-versa. Contudo, o cidadão é responsável pelos seus atos e, segundo a lei, pode comunicar às autoridades. Em Segurança Pública, apenas os órgãos delimitados pela lei são responsáveis pelo combate ao crime e à violência.

QUESTÃO 16

Analise as afirmativas abaixo:

- I. A Polícia Federal possui funções limitadas a crimes de ordem política e social que atentem contra a União, assim como a prevenção e repressão do tráfico de drogas, do contrabando ou descaminho, exercendo a polícia de fronteira e de aeroporto. Não possui, contudo, missões atinentes a crimes de competência estadual.
- II. A Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, mas suas atribuições são limitadas nos crimes de competência da Polícia Federal.
- III. Aos municípios é facultada a criação de Guardas Municipais, que desenvolverão missões, que possuem missões como a proteção de serviços públicos essenciais.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) As afirmativas I, II e III estão incorretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

O texto abaixo é atinente às questões 17 e 18. Leia-o, atentamente.

“...os entes estatais tem inerentes a eles esses poderes como instrumento para buscar a finalidade pública, dependendo, a sua utilização, das respectivas competências fixadas e estabelecidas na Constituição... Maria Sylvia Zanella Di Pietro, com bastante nitidez, ratifica o caráter de instrumento afirmando que todos eles encerram prerrogativas de autoridade as quais, por isso mesmo, só podem ser exercidas nos limites da lei.” (BRUNO, Reinaldo Moreira. Direito Administrativo Didático. 2ª Edição: Del Rey, Belo Horizonte, 2008, p.88)

QUESTÃO 17

O texto acima retrata o caráter eminentemente vinculado da competência e dos poderes de que ela investe nos cargos e funções públicas inerentes. Nesse sentido, é importante esclarecer que

- a) o poder discricionário apenas pode ser exercido na circunstância de inexistir uma lei determinando um comportamento ou conferindo uma competência vinculada ao Administrador Público.
- b) o poder discricionário apenas pode ser exercido na situação em que a complexidade social não foi devidamente regulada pelo Direito e as prerrogativas da autoridade garantem a possibilidade de decidir sobre assuntos semelhantes.
- c) o poder discricionário apenas pode ser usado numa situação em que a competência em relação ao tema não foi destinada para a autoridade em questão e há conveniência na decisão a ser adotada.
- d) o poder discricionário tem fundamento no fato social imprevisto normativamente, mas também na oportuna competência da autoridade e importância de uma decisão justa e equânime.

QUESTÃO 18

É atributo do Poder de Polícia Administrativa:

- a) O princípio da autotutela, que garante a capacidade da Administração de tratar de seus próprios assuntos, inclusive de sua autofiscalização e controle.
- b) A autoexecutoriedade, que é a oportunidade de decidir sobre quais campos atuar, sem limitações de legitimidade.
- c) A coercibilidade, que é a capacidade de materializar os mandamentos por meio da imposição de força, se for necessário.
- d) A discricionariedade, que é a liberdade de escolher os objetos de decisão, independentemente da competência específica.

QUESTÃO 19

“...a responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado incumbe a obrigação de reparar economicamente os danos causados a terceiros e que lhes sejam imputáveis em decorrência de comportamentos comissivos e omissivos, materiais ou jurídicos.” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Direito Administrativo Brasileiro, 2008, 552.).

Considerando que o Estado é constitucionalmente obrigado a zelar pela Segurança Pública e que a violência definitivamente ocorre na sociedade, pode-se aduzir que

- a) o Estado pode ser condenado pelos danos civis inerentes à violência social porque o dever constitucional infere a responsabilidade objetiva em relação à sociedade.
- b) não podemos alegar a responsabilidade civil objetiva, porque o dever do Estado está sendo cumprido e por motivos alheios, terceiros se propugnar a propalar a violência.
- c) o Estado pode ser condenado pelos danos civis inerentes à violência social quando restar caracterizada a culpa direta do representante legal, ou ainda, a negligência institucional em face de um caso específico, jamais genérico.
- d) a concorrência do Estado com a responsabilidade do cidadão, delineada no artigo 144 da CF impede a imputação de responsabilidade para o Estado.

QUESTÃO 20

O serviço público é uma atividade oferecida à coletividade, realizada pelo Estado, no exercício da função pública regular. Nesse sentido, analise as afirmativas atinentes às características do serviço público:

- I. É um dever inescusável do Estado, como razão de sua própria existência;
- II. Todas as autoridades competentes para regular são competentes para a execução;
- III. Tem sua adequação como direito fundamental, de acordo com princípios da própria Constituição.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As afirmativas I, II e III estão incorretas.
- b) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está incorreta.
- d) Apenas a afirmativa III está incorreta.

DIREITO PENAL MILITAR**QUESTÃO 21**

O artigo 9º do Código Penal Militar trata das hipóteses de incidência da Lei Penal Militar em tempo de paz. Analise os fatos abaixo:

“Num final de semana, um Coronel da Ativa Y viaja de férias para Poços de Caldas/MG e encontra o Tenente da Reserva PMMG X, que fora seu subordinado e desafeto. Inesperadamente, o Tenente X agride o Coronel Y na saída do hotel em que estavam hospedados.”

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atitude do Tenente X configura crime militar, mas por se tratar de oficial da reserva o autor, o processo tramitará na Justiça Comum.
- b) A atitude do Tenente X configura crime militar, por se tratar de crime de militar para militar e o processo tramitará na Justiça Militar
- c) A atitude do Tenente X não configura crime militar, mas o processo tramitará na Justiça Militar por se tratar de crime de militar para militar.
- d) A atitude do Tenente X não configura crime militar, mas sim crime comum, e o processo tramitará na Justiça Comum.

QUESTÃO 22

O Código Penal Militar incorpora dentre as figuras típicas, alguns delitos inimagináveis na legislação comum. Em verdade, o rigor da hierarquia e da disciplina predispõe que o policial militar tenha comportamentos irrepreensíveis em relação à instituição e em relação aos seus superiores, pares e subordinados. Analise as afirmativas abaixo:

- I. Os crimes de Motim e Revolta se diferenciam se diferenciam em dois aspectos. No Motim os militares que se reúnem decididamente não portam armas, enquanto na Revolta, por serem utilizadas armas de fogo, a pena é aumentada em até um terço para os “cabeças” ou líderes;
- II. As penas aplicáveis aos crimes de Motim e Revolta são aumentadas em até um terço se resultarem lesão corpora grave e em até dois terços se resultarem morte;
- III. O disciplina militar determina que a violência praticada contra o Comandante é considerada mais grave do que praticada contra outro superior qualquer.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Apenas a afirmativa III está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas I, II e III estão incorretas.
- d) As afirmativas I, II e III estão corretas.

QUESTÃO 23

Teodoro é policial militar e deveria retornar de férias no dia 25 de janeiro, às 22h. Contudo, o policial não compareceu ao serviço. Em relação à suposta deserção do policial, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A deserção é crime militar em tempo de guerra e não pode ser imputada em tempo de paz.
- b) A deserção será consumada no dia 01 de fevereiro.
- c) A deserção será consumada no dia 02 de fevereiro.
- d) A deserção será consumada no dia 03 de fevereiro.

QUESTÃO 24

Analise como **(V) Verdadeiras** ou **(F) Falsas** as afirmativas relativas ao Código Penal Militar:

- () O Oficial da Polícia Militar que for sócio de sociedade comercial, na condição de gerente ou sócio cotista de S/A incorre em crime militar.
- () Quando o policial militar, na função, exige taxa ou emolumento indevido está praticando o crime de excesso de exação.
- () Quando o policial militar desvia, em proveito próprio ou de outrem o que recebeu indevidamente, em razão do cargo ou função e deveria ser recolhido aos cofres públicos está configurado o crime de peculato.
- () Pratica a prevaricação o superior que deixar de responsabilizar o subordinado que pratica infração no exercício do cargo.

Assinale a alternativa **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- a) V, V, V, V.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, F, V.
- d) F, V, F, F.

QUESTÃO 25

O CPM prevê, dentre outras, as seguintes penas acessórias, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Perda de posto e patente, Transferência Compulsória e Suspensão dos Direitos Políticos.
- b) Indignidade para o Oficialato, Incompatibilidade com o Oficialato e Inabilitação para o exercício de função pública.
- c) Reforma Administrativa, Perda de posto e patente e Inabilitação para o exercício de função pública.
- d) Incompatibilidade para com o Oficialato, Exação e Perda da Função Pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**QUESTÃO 26**

Em se tratando do Inquérito Policial Militar, é importante saber que

- a) o posto do indiciado induz a competência para instauração do procedimento, mas não a delegação de instrução.
- b) em regra, o Poder de Polícia Judiciária Militar é exercido pelos Oficiais e eventualmente pode ser delegado às praças.
- c) ainda que a delegação para a instrução não tenha ocorrido, os Oficiais responsáveis pelo Comando quando da incidência de crime militar devem proceder de ofício as providências preliminares de investigação.
- d) a solução do Inquérito é providência essencial para que a autoridade instauradora possa prolatar o Relatório do IPM.

QUESTÃO 27

Sobre a competência no âmbito do Direito Penal Militar, analise os conceitos infrarrelacionados:

- I. “A competência, de modo geral, é determinada pelo local da infração. Contudo, em crimes em que haja mais de um local de consumação, a competência é exercida pela sede do lugar de exercício funcional do policial militar.”
- II. “a prerrogativa de posto ou função inibe a utilização de outro critério para a determinação da competência.”
- III. Na ocorrência de continência ou conexão, o princípio da unidade do processo é regra, exceto quando há cumulação de competências da Justiça Comum e Justiça Militar.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, II e III estão incorretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas a afirmativa I está incorreta.

QUESTÃO 28

Em se tratando de exceções interpostas no curso do processo penal militar, é **CORRETO** inferir que

- a) a exceção de coisa julgada não atinge o fato, sendo limitada às pessoas envolvidas na demanda.
- b) a decretação do incidente de sanidade mental sustará o processo durante seu processamento, bem como o IPM, se ocorrida na fase inquisitorial, e a juntada do laudo determinará seu recomeço imediato, do ponto em que parou.
- c) a incompetência deve ser alegada pela parte, ainda quando o juiz a conheça, pois é possível sua prorrogação, para que não haja prejuízo à instrução processual.
- d) o Juiz sobre o qual foi alegada a suspeição, não a aceitando, de ofício reterá a exceção junto aos autos, em procedimento apartado, visando análise em recurso pela instância superior, caso ele seja suscitado pela parte condenada ou pelo Ministério Público.

QUESTÃO 29

A prisão em flagrante delito por crime militar está tipificada no artigo 243 e seguintes do CPM. Sobre tal instituto, é importante salientar:

- a) Em regra, qualquer um do povo pode prender o militar que esteja na prática de crime militar, exceto no que condiz ao crime de Deserção, que é propriamente militar, situação em que apenas um militar pode prender outro militar.
- b) Qualquer um do povo pode prender um militar que esteja na prática de crime militar e o superior hierárquico deve prender seu subordinado, nessa condição. No caso do autor do crime ser o superior hierárquico, o subordinado deve comunicar imediatamente a autoridade superior a ambos para que as providências legais sejam adotadas imediatamente.
- c) O estado de flagrância é prorrogado, no caso de crimes propriamente militares, que por definição sempre são permanentes.
- d) O preso em flagrante delito por crime militar deverá ser apresentado perante o Comandante ou Oficial de Dia/de Serviço para autuação, respeitando os preceitos hierárquicos para a elaboração do feito.

QUESTÃO 30

Analisando o instituto da MENAGEM, é importante saber que

- a) é um instituto aplicado ao policial militar que tenha mais de 20 anos de serviço e que praticou delito sem violência, mas incompatível com a função, e que, por seus bons antecedentes, merece ser reformado proporcionalmente ao tempo de serviço.
- b) é aplicável para policiais militares que possuem bons antecedentes, para crimes cuja pena aplicável não seja privativa de liberdade, permitindo que possam manter a função pública, ainda que condenados judicialmente.
- c) é um instituto que permite ao juiz a concessão do cumprimento da pena privativa de liberdade que não exceda quatro anos, para acusados que tenham bons antecedentes, no lugar de sua residência.
- d) é um instituto privativo do militar da ativa que permite a permuta do tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade por serviço público regular, além das atividades ordinárias da rotina do profissional.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

As questões 31 e 32 são atinentes ao Estatuto do Desarmamento.

A Lei Federal nº 10.826/2003 dispõe sobre os procedimentos administrativos e reguladores do registro, comércio, da posse e porte de armas, criando o SINARM.

QUESTÃO 31

O SINARM envolve todas as instituições do Sistema de Segurança Pública, criando uma rede de competências e de responsabilidades. Dentre elas, é fundamental saber que

- I. pelo sistema, as armas apreendidas junto a processos criminais e que não mais interessarem à Justiça, e não forem restituídas aos seus reais proprietários, poderão ser encaminhadas pelo juiz como doação aos órgãos de Segurança Pública.
- II. o SINARM é responsável pelo controle dos acervos de armas das polícias do Brasil e integração dos dados, sob controle do FUSP (Fundo Nacional de Segurança Pública).
- III. o SINARM controla o uso de arma de fogo de empresas de segurança privada, que são de propriedade exclusiva das empresas, sendo proibido que o profissional de segurança privada utilize armamento de propriedade pessoal, ainda que regularizado junto à Polícia Federal, como instrumento de trabalho essencial.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, II e III estão incorretas.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

QUESTÃO 32

Sobre os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento, é importante destacar que

- a) a lei concebeu delitos que tratam progressivamente de maneira mais gravosa, de acordo com o tipo de armamento, sendo de uso permitido ou de uso restrito.
- b) a pessoa que permite que pessoa menor de 18 anos se apodere de arma de fogo de sua propriedade, responderá por hipotética violência praticada culposamente.
- c) pratica crime o empresário ou diretor responsável de empresa de segurança ou transporte de valores que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal o extravio de arma de fogo no prazo máximo de 48 horas do fato.
- d) a posse irregular de uso permitido ocorre na circunstância em que o agente ativo guarda consigo, no interior de sua casa, uma arma de fogo com a numeração raspada.

As questões 33 e 34 se baseiam na Lei Maria da Penha.

QUESTÃO 33

Quanto ao atendimento da mulher/vítima dos crimes estipulados na Lei Maria da Penha, analise as afirmativas abaixo:

- I. A autoridade policial deve adotar providências imediatas ao constatar que as medidas protetivas de urgência deferida que não foram adotadas em relação à vítima.
- II. Os órgãos policiais devem providenciar transporte para a ofendida quando for importante colocá-la em um abrigo.
- III. A autoridade policial deverá mandar em 24 horas um expediente apartado para o Juiz, com a finalidade de propor a aplicação de medidas protetivas de urgência em relação à ofendida.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, II e III estão incorretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

QUESTÃO 34

Ainda sobre a Lei Maria da Penha, o Juiz poderá decidir:

- a) Apreender imediatamente a arma do agressor, cancelando por cinco anos seu porte de arma de fogo.
- b) Determinar o afastamento definitivo do domicílio comum com a ofendida.
- c) Pela proibição da alienação ou locação de bens comuns, liminarmente.
- d) Prestação de caução por perdas e danos materiais decorrentes da violência mediante recibo da vítima, sob pena de prisão.

QUESTÃO 35

A Lei de Tortura incorporou dentre seus fundamentos:

- a) O aumento de pena para o delito praticado mediante sequestro da vítima.
- b) A punição para o homicídio doloso praticado por meio da tortura.
- c) Uma cláusula de aumento de pena para o delito derivado da discriminação racial.
- d) A penalização pelo crime de tortura do agente que se omite diante do dever de evitar a conduta de outrem.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**QUESTÃO 36**

O Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais rege importantes questões atinentes às missões e a estrutura das carreiras dos militares do Estado de Minas Gerais. Segundo o Estatuto, é importante saber que

- a) as Praças são responsáveis pelo trabalho operacional e a Gestão do Serviço e o trabalho administrativo da incumbência dos Oficiais.
- b) o Militar do Estado que ocupar cargo temporário fora da instituição em outro órgão público poderá optar pela manutenção do seu soldo na ativa.
- c) ao Policial Militar é vedado o exercício de quaisquer outras atividades remuneradas, enquanto estiver no serviço ativo.
- d) o Policial Militar reformado é vedado o uso de uniforme.

QUESTÃO 37

O Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais é uma norma que rege valores e ditames que sustentam as organizações militares e seus objetos na preservação da ordem pública e na manutenção de costumes sociais. Dentre os detalhes técnicos, é importante salientar que

- a) O Código rege, além dos comportamentos do Militares da Ativa do Estado de Minas Gerais, a conduta de oficiais reformados até cinco anos de sua passagem para a inatividade.
- b) a conduta do Militar do Estado é mensurada por meio de um conceito renovado semestralmente, ligado à punições disciplinares sofridas no curso de seis meses.
- c) a imparcialidade na análise da conduta de outros profissionais das IMES é um princípio fundamental.
- d) é base a prática dos valores institucionais e incorporação em todos os atos da vida em comum a designação do posto ou da graduação, para enaltecer a figura de Militar do Estado.

QUESTÃO 38

Sobre o conceito de Transgressão Disciplinar ao CEDM, é importante saber que

- a) a transgressão ocorre em todo o fato ofensivo aos princípios inerentes às IMES, especificada no CEDM, mas não aos preceitos do CPM e do CP.
- b) a transgressão decorre do desrespeito aos deveres e princípios das IMES, nos termos do CEDM, independentemente de violações ao CPM e CP.
- c) é toda ação ofensiva aos deveres inerentes às IMES e qualificada nas leis penais militares e civis.
- d) é todo fato ofensivo aos deveres e princípios das IMES, ainda que especificadas de maneira idêntica nas leis penais militares e civis.

QUESTÃO 39

Analise as afirmativas abaixo e coloque **(V)** para as **Verdadeiras** ou **(F)** para as **Falsas**:

- () Os principais princípios da punição são o caráter educativo e preventivo.
- () Uma forma de punição regular é a prestação de serviço preferencialmente operacional, que não ultrapasse no cômputo semanal à oito horas.
- () A Reserva Disciplinar Compulsória pode ser aplicada como punição disciplinar para Oficiais e Praças;
- () A Movimentação de Unidade é compreendida como punição acessória.

Assinale a sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo:

- a) V, V, F, V.
- b) V, V, F, F.
- c) V, F, V, V.
- d) F, V, F, V.

QUESTÃO 40

O Código de Ética e de Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais prevê o seguinte:

- I. O Militar do Estado tem o direito de comunicar, por meio de relatório circunstanciado e reservado à Corregedoria, a conduta imoral de um superior hierárquico.
- II. O Militar que se sentir prejudicado ou ofendido por um ato administrativo tem o direito de ingressar com um pedido de reconsideração de ato perante o escalão superior, visando defender seus direitos.
- III. O Militar do Estado que ficar cinco anos sem punições disciplinares terá suas penas canceladas.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está incorreta.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

NÃO UTILIZAR ESTA FOLHA



Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

REDAÇÃO

NA PROVA DE REDAÇÃO, DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTEs ITENS:

1. Assine somente o cabeçalho da folha de redação definitiva e não deixe pistas de identificação no corpo da mesma, caso isso ocorra, a prova escrita será anulada;
2. Somente serão corrigidas as redações escritas com caneta esferográfica azul ou preta;
3. Não será permitido o uso de lápis borracha ou corretivo de texto;
4. A folha de rascunho, constante do caderno de prova será de preenchimento facultativo. Em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova;
5. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos;
6. A Folha de Redação Definitiva não pode ser utilizada no verso;
7. A escrita deve ser contínua, sem saltar linhas, nem mesmo para separar parágrafos;
8. A redação deve conter o máximo 30 (trinta) linhas e o mínimo de 120 (cento e vinte) palavras.

TEMA: Disserte relacionando o texto abaixo com o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais.

“... o soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes, como o porte da cabeça, se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra ...” FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: O nascimento da Prisão*. 31ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006, p 118.

JORGE BERNARDINO TASSI JUNIOR
PROF MS

FOLHA DE RASCUNHO NO VERSO.